CredMais COOP. COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPREGADOS DA CBMM

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício 2016

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2
2. BALANÇO PATRIMONIAL 6
3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS 7
4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA.....8
5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO 9
6. NOTAS EXPLICATIVAS 11
7. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....18
8. PARECER AUDITORIA 19

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em Agosto de 2016 a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda completou 42 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda obteve um resultado de R$ 2.436.098,11 (Dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, noventa e oito reais e onze centavos) representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 13,29%.

3. Ativos

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimos	R$ 11.446.363,07	86,80 %
Financiamentos	R$ 1.739.464,60	13,20 %

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 18,61% da carteira, no montante de R$ 2.454.406,11 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e onze centavos).

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda era de R$ 18.321.046,46 (Dezoito milhões trezentos e vinte e um mil, e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos). O quadro de associados era composto por 1.963 Cooperados, havendo um decréscimo de 4,15% em relação ao exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95% nos níveis de “A” a “C”.

6. Gerenciamento de Risco

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação risco x retorno para os nossos associados.

A estrutura de gerenciamento dos riscos está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco (**ACIR),** pelo Monitor de Controle Interno e de Risco. As estruturas completas para gerenciamento dos riscos estão disponíveis para acesso público na cooperativa.

I - Risco Operacional

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da Cooperativa, está disponível, para acesso público em sua sede social.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – **SCIR**, integrante do Manual de Controle Interno – **MCI**.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – **MRO**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	**Responsabilidade**				
Política de gerenciamento do risco operacional	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	●	●			
Provimento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		●			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			●		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				●	
Execução de testes de avaliação da política.					●

●1 – Conselho de Administração ●2 – Diretoria-Executiva ●3 – Agente de Controle Interno e de Risco ●4 – Monitor de Controle Interno e de Risco ●5 – Área de Auditoria Externa e Controles Internos

II - Risco de Mercado e Liquidez

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível para acesso público em sua sede social.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – **MRM**.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	**Responsabilidade**				
Política de gerenciamento do risco de mercado	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	●	●			
Provimento – ao agente de Controle Interno e de Risco – das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	●	●			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			●		
Monitoramento das ações do agente, comunicação – ao Conselho de Administração – de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				●	
Execução de testes de avaliação da política.					●

● 1 – Conselho de Administração ● 2 – Diretoria-Executiva ● 3 – Agente de Controle Interno e Risco ● 4 – Monitor de Controle Interno e Risco ● 5 Área de Auditoria Externa e Controles Internos

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Contratou auditoria externa com a finalidade de verificar os controles internos de conformidade com a Resolução 2.554/98.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor , de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atendeu até 31/12/16 as manifestações recebidas por meio do atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Araxá, (MG), 31 de Dezembro de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

2. BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE	19.993.064,66	17.818.463,87
DISPONIBILIDADES	7.029.675,88	4.098.610,20
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		
OPERAÇOES DE CRÉDITO	12.926.971,57	13.699.062,07
Operações de Créditos		
Setor Privado	13.169.337,34	13.825.186,96
(-) Provisão de Crédito	(242.365,77)	(126.124,89)
OUTROS CRÉDITOS	36.417,21	20.791,60
Diversos	36.417,21	20.791,60
PERMANENTE	2.120,95	5.102,39
INVESTIMENTOS		
IMOBILIZADO DE USO	2.120,95	3.980,73
Outras Imobilizações de Uso	16.763,62	16.763,62
(-) Depreciações Acumuladas	(14.642,67)	(12.782,89)
INTANGÍVEL	-	1.121,66
Ativos Intangíveis	16.632,33	16.632,33
(-) Amortização Acumulada	(16.632,33)	(15.510,67)
TOTAL DO ATIVO	19.995.185,61	17.823.566,26

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE	1.674.139,15	1.977.567,56
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES		1.005.000,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.674.139,15	972.567,56
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados	1.575,80	273,52
Sociais e Estatutárias	1.624.127,11	836.542,03
Fiscais e Previdenciárias	28.038,21	106.611,92
Diversas	20.398,03	29.140,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.321.046,46	15.845.998,70
Capital de Domiciliados no País	14.657.974,73	13.010.760,87
Reservas de Lucros	1.226.973,62	911.253,76
Sobras ou Perdas Acumuladas	2.436.098,11	1.923.984,07
TOTAL DO PASSIVO	19.995.185,61	17.823.566,26

JOSÉ VANDER FIRMINO GONÇALVES
DIRETOR COORDENADOR

MARCO ANTONIO DE SOUZA VIEIRA
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL

NILTON VENANCIO GONZAGA
CRC: 36270-MG
CPF: 211.429.206-15
Técnico em Contabilidade

3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS & PERDAS

Descrição	2016			2.015
	Prim.Sem	Seg.Sem.	Exercício	Exercício
10 - RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.299.387,61	2.753.421,93	5.052.809,54	3.438.752,66
711 Operações de Créditos	2.159.179,62	2.669.458,66	4.828.638,28	3.403.363,70
715 Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlrs. Mobiliários	140.207,99	83.963,27	224.171,26	35.388,96
719 Resultado das Operações Compulsórias			0,00	0,00
15 - DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	-52.617,15	-84.748,62	-137.365,77	-389.631,69
812 Operações de Captação no Mercado			0,00	0,00
814 Operações de Empréstimos e Repasse			0,00	0,00
820 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-52.617,15	-84.748,62	-137.365,77	-389.631,69
20 - RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.246.770,46	2.668.673,31	4.915.443,77	3.049.120,97
50 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-353.339,13	-224.910,91	-578.250,04	35.139,16
721 Receitas de Prestação de Serviços			0,00	0,00
722 Rendas de Tarifas Bancárias			0,00	-41.199,86
822 Despesas de Pessoal	-120.788,27	-118.381,96	-239.170,23	-277.479,42
824 Outras Despesas Administrativas	-186.707,06	-75.955,87	-262.662,93	-190.328,53
826 Despesas Tributárias	-52.121,23	-31.484,30	-83.605,53	-7.600,00
723 Resultado de Participações em Col. e Controladas			0,00	0,00
725 Outras Receitas Operacionais	6.277,43	911,22	7.188,65	558.548,60
832 Outras Despesas Operacionais			0,00	-6.801,63
60 - RESULTADO OPERACIONAL	1.893.431,33	2.443.762,40	4.337.193,73	3.084.260,13
65 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL			0,00	0,00
75 - RESULT.ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.893.431,33	2.443.762,40	4.337.193,73	3.084.260,13
890 80 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (890 -			0,00	-11.324,46
893 85 - PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-65.432,00	-27.600,00	-93.032,00	-73.628,72
90 - SOBRAS OU PERDAS	1.827.999,33	2.416.162,40	4.244.161,73	2.999.306,95
618 92 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-425.987,17	-607.785,22	-1.033.772,39	-594.326,86
95 - FATES - FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS		-774.291,23	-774.291,23	-480.996,02
96 - SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS	1.402.012,16	1.034.085,95	2.436.098,11	1.923.984,07

JOSÉ VANDER FIRMINO GONÇALVES
DIRETOR COORDENADOR

MARCO ANTONIO DE SOUZA VIEIRA
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL

NILTON VENANCIO GONZAGA
CRC: 36270-MG
CPF: 211.429.206-15
Técnico em Contabilidade

4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Exercício Findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	**4.244.161,73**	**2.999.306,65**
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,19	-0,04
Constituição do FATES	-458.571,37	-240.498,01
Transferencia PL para o FATES	-105.819,12	-49.080,60
Participação Empregados nas Sobras		
Juros ao Capital	-1.033.772,39	-265.234,52
Depreciações e Amortizações	2.981,44	5.686,08
Outros	102.734,56	
(Aumento) redução em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		
Títulos e Valores Mobiliários		
Relações Interdependências		
Operações de Crédito	772.090,50	-2.695.035,01
Outros Créditos	-15.625,61	-15.192,16
Outros Valores e Bens		
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos a Vista		
Depósitos sob Aviso		
Depósitos a Prazo		
Outros Depósitos		
Relações Interfinanceiras		
Relações Interdependências		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.005.000,00)	1.005.000,00
Outras Obrigações	541.419,70	38.977,27
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**-1.199.562,10**	**-2.215.376,99**
Atividades de Investimentos		
Aplicação no Investimento		
Resgate dos Investimentos		
Aplicação no Imobilizado de Uso		-1.123,63
Resgate do Imobilizado de Uso		
Aplicações no Intangível		
Resgate do Intangível		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**0,00**	**-1.123,63**
Atividades de Financiamentos		
Recursos Próprios		
Aumento por novos aportes de Capital	1.669.005,00	1.606.660,00
Aumento por incorporação de Juros ao Capital	617.053,79	
Devolução de Capital à Cooperados	-2.399.592,74	-570.802,66
Recursos Terceiros		
Relações Interfinanceiras		
Obrigações por Empréstimos e Repasses		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	**-113.533,95**	**1.035.857,34**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**2.931.065,68**	**1.818.663,37**
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Ínicio do Período	4.098.610,20	2.279.946,53
No Fim do Período	7.029.675,88	4.098.610,20
Variação Líquida das Disponibilidades	**2.931.065,68**	**1.818.663,67**
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

JOSÉ VANDER FIRMINO GONÇALVES
DIRETOR COORDENADOR

MARCO ANTONIO DE SOUZA VIEIRA
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL

NILTON VENANCIO GONZAGA
CRC: 36270-MG
CPF: 211.429.206-15
Técnico em Contabilidade

5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS					
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas para Contingências	Reservas para Expansão	Sobras e (Perdas)	Saldo Atual
Saldos em 31.12.14	**10.292.588,83**	**-**	**670.755,75**	**-**	**-**	**-**	**1.402.302,98**	**12.365.647,56**
Mutações do exercício	**8.558.559,92**	**-**	**529.348,89**	**-**	**-**	**-**	**930.988,34**	**10.018.897,15**
Saldos em 31.12.14	**10.292.588,83**	**-**	**670.755,75**	**-**	**-**	**-**	**1.402.302,98**	**12.365.647,56**
Ajuste de Exercícios Anteriores							-0,02	(0,02)
Incorporação	1.353.222,36						-1.353.222,36	-
Integralização de Capital	1.606.660,00							1.606.660,00
Capital a Integralizar								-
Devolução de Capital	-295.073,98							(295.073,98)
Outros								-
Rateio de Perdas								-
Sobras ou Perdas do Exercício							2.999.306,95	2.999.306,95
Juros ao Capital Social	329.092,34							329.092,34
Amortização de Empréstimos	-220.031,32							(220.031,32)
IRRF sobre Juros ao Capital	-55.697,36							(55.697,36)
Transferência FATES -Exercício Anterior							-49.080,60	(49.080,60)
Transferência Conta Corrente-Exercício Anterior								-
Transferência Capital Social-Exercício Anterior								-
Transferência Reserva Legal-Exercício Anterior								-
Recuperação de Perdas Acum.								-
Absorção Perda Acumulada de Incorporação								-
								-
Destinação das sobras:								-
. Fundo de Reserva			240.498,01				-240.498,01	-
. Reserva de Expansão								-
. FATES							-240.498,01	(240.498,01)
. Juros ao Capital							-594.326,86	(594.326,86)
. Premiação para Funcionários							0,00	**-**
Saldos em 31.12.15	**13.010.760,87**	**-**	**911.253,76**	**-**	**-**	**-**	**1.923.984,07**	**15.845.998,70**
Mutações do exercício	**2.718.172,04**	**-**	**381.904,87**	**-**	**-**	**-**	**992.995,73**	**4.093.072,64**

Saldos em 31.12.15	**13.010.760,87**	**0,00**	**911.253,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.923.984,07**	**15.845.998,70**
Ajuste de Exercícios Anteriores							0,19	0,19
Incorporação	1.818.165,14						-1.818.165,14	0,00
Integralização de Capital	1.669.005,00							1.669.005,00
Devolução de Capital a Pagar	-160.151,89							-160.151,89
Devolução de Capital	-941.042,02							-941.042,02
Outros	102.734,56							102.734,56
Rateio de Perdas								0,00
Sobras ou Perdas do Exercício							4.244.161,73	4.244.161,73
Juros ao Capital Social	705.294,60							705.294,60
Amortização de Empréstimos	-1.458.550,72							-1.458.550,72
IRRF sobre Juros ao Capital	-88.240,81							-88.240,81
Transferência FATES -Exercício Anterior							-105.819,12	-105.819,12
Transferência Conta Corrente-Exercício Anterior								0,00
Transferência Capital Social-Exercício Anterior								0,00
Transferência Reserva Legal-Exercício Anterior								0,00
Recuperação de Perdas Acum.								0,00
Absorção Perda Acumulada de Incorporação								0,00
								0,00
Destinação das sobras:								0,00
. Fundo de Reserva			315.719,86				-315.719,86	0,00
. Reserva de Expansão								0,00
. FATES							-458.571,37	-458.571,37
. Juros ao Capital							-1.033.772,39	-1.033.772,39
. Premiação para Funcionários								0,00
Saldos em 31.12.16	**14.657.974,73**	**0,00**	**1.226.973,62**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.436.098,11**	**18.321.046,46**
Mutações do exercício	**1.647.213,86**	**0,00**	**315.719,86**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**512.114,04**	**2.475.047,76**

JOSÉ VANDER FIRMINO GONÇALVES
DIRETOR COORDENADOR

MARCO ANTONIO DE SOUZA VIEIRA
DIRETOR RESPONSÁVEL ÁREA CONTÁBIL

NILTON VENANCIO GONZAGA
CRC: 36270-MG
CPF: 211.429.206-15
Técnico em Contabilidade

6. NOTAS EXPLICATIVAS

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e de 2015

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda. é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/08/1974. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM Ltda. tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional .

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução 3.604/08 do Conselho Monetário Nacional – CMN, incluem caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valore e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Caixa e depósitos bancários	73.083,20	572.829,33
Relações Interfinanceira	6.956.592,68	3.525.780,87
Total	**7.029.675,88**	**4.098.610,20**

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado

Equipamentos de Móveis e Equipamentos de uso, Equipamentos (hardwares) e outros equipamentos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Valor recuperável de ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

4. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A	0,50%	Normal	12.454.740,84	12.454.740,84	62.273,70	13.035.878,73	65.179,39
B	1%	Normal	259.782,99	259.782,99	2.597,83	269.395,45	2.693,96
B	1%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	912,13	9,12
C	3%	Normal	72.205,62	72.205,62	2.166,17	153.929,88	4.617,89
C	3%	Vencidas	48.093,81	48.093,81	1.442,81	163.949,06	4.918,48
D	10%	Normal	29.054,04	29.054,04	2.905,40	40.982,81	4.098,28
D	10%	Vencidas	109.705,23	109.705,23	10.970,52	89.349,77	8.934,98
E	30%	Normal	11.701,46	11.701,46	3.510,44	0,00	0,00
E	30%	Vencidas	8.024,71	8.024,71	2.407,41	40.343,10	12.102,93
F	50%	Normal	0,00	0,00	0,00	5.163,02	2.581,51
F	50%	Vencidas	5.867,33	5.867,33	2.933,67	2.521,42	1.260,71
G	70%	Normal	34.869,77	34.869,77	24.408,84	0,00	0,00
G	70%	Vencidas	28.475,16	28.475,16	19.932,61	10.113,18	7.079,23
H	100%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	106.816,38	106.816,38	106.816,38	12.648,41	12.648,41
Total Normal			12.862.354,72	12.862.354,72	97.862,38	13.505.349,89	79.171,03
Total Vencido			306.982,62	306.982,62	144.503,41	319.837,07	46.953,86
Total Geral			13.169.337,34	13.169.337,34	242.365,79	13.825.186,96	126.124,89
Provisões			242.365,77	242.365,77	242.365,79	126.124,89	126.124,89
Total Líquido			12.926.971,57	12.926.971,57	242.365,79	13.699.062,07	126.124,89

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	157.799,04	42.367,20	106.816,38	**306.982,62**
Total	**157.799,04**	**42.367,20**	**106.816,38**	**306.982,62**

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	126.124,89	203.601,52
Constituições/Reversões no Exercício	116.240,88	(77.476,63)
Total	**242.365,77**	**126.124,89**

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	440.198,60	3,33	401.662,21	2,90
10 Maiores Devedores	1.808.695,84	13,72	1.569.388,78	11,35
50 Maiores Devedores	3.776.269,86	28,63	3.466.788,80	25,06

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo início do exercício	86.412,27	80.223,49
Valor das operações transferidas no período	11.779,93	9.718,68
Valor das operações recuperadas no período	(7.585,77)	(3.529,90)
Total	**90.606,43**	**86.412,27**

5. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Móveis e Equipamentos	10%	2.918,00	2.918,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	13.845,62	13.845,62
TOTAL		**16.763,62**	**16.763,62**
Depreciação acumulada		(14.642,67)	(12.782,89)
TOTAL		**2.120,95**	**3.980,73**

6. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2016	31/12/2015
Sistema de Processamento de Dados –	20%	16.632,33	16.632,33
TOTAL		**16.632,33**	**16.632,33**
Amortização acumulada	20%	16.632,33	15.510,67
TOTAL		**0,00**	**1.121,66**

7. Outras Obrigações

a. Outras Obrigações - Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	496.828,26	264.560,21
Fiscais e Previdenciárias	28.038,21	106.611,92
Diversos (a)	1.149.272,68	1.606.395,43
Total	**1.674.139,15**	**1.977.567,56**

(a) Diversos referem-se à provisão de férias, encargos, cotas de capital a pagar e gratificações a pagar.

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados

e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

8. Instrumentos financeiros

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CBMM opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

9. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em gastos para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 18 de Março de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital social com as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R$ 1.818.164,95 (Hum milhão, oitocentos e dezoito mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

10. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R$ 190.326,20	1,44 %

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de empréstimos, conforme taxa relacionada no quadro abaixo,

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL – MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2015	
Empréstimos	3,74%
Financiamentos	0,39%

11. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência - PR da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R$ 18.321.046,46 (Dezoito milhões trezentos e vinte e um mil, e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) em 31 de dezembro de 2016 e R$ R$ 15.857.671,73 (Quinze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2015.

_____
José Vander Firmino Gonçalves
Diretor Coordenador

_____
Marco Antônio de Souza Vieira
Diretor Financeiro

_____
Nilton Venâncio Gonzaga
Tec. Contabilidade – CRC/MG nº: 36.270

7. PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Examinamos os balancetes, balanços e as demonstrações de resultado da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA**, em 31/12/2016, e as aplicações dos recursos do semestre findo, elaborado sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossos exames foram executados de maneira a comprovar a adequada demonstração em seus aspectos relevantes, considerando o sistema contábil, os princípios de contabilidade e controles internos constantes de sua programação técnica.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CBMM LTDA** e o resultado das operações do exercício findo, de acordo com as instruções emanadas do Plano Contábil do COSIF.

ARAXÁ-MG. 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALEXANDRE AUGUSTO DE OLIVEIRA COBOS
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

FABIO QUEIROZ
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

RAFAEL CARDOSO ALVES
CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO

RAFAEL EDUARDO CRUZ
CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

8. PARECER AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos membros dos
Conselhos de Administração e Fiscal da
CECM dos Empregados da CBMM Ltda.
Araxá - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da **CECM dos Empregados da CBMM Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CECM dos Empregados da CBMM Ltda.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2017.

Cooperaudi
Auditores Independentes
CRCMG n° 6.906

Sérgio Benvindo Braga
Contador
CRCMG n° 49.079